

REDEH
BENEFICÊNCIA CRISTÃ

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**

Editai de Licitação nº 15/2020 - FMS
Concorrência nº 15/2020 - FMS

**ASSOCIAÇÃO DA REDEH DE BENEFICÊNCIA
CRISTÃ**, pessoa jurídica de direito privado, entidade sem fins lucrativos, com sede na
cidade de Taió, na Rua 04 de outubro, n.º 115, Bairro Seminário, CEP 89190-000, no
Estado de Santa Catarina, inscrito no **CNPJ sob o nº. 86.324.860/0001-04**,
representada pelo seu representante legal, vem, tempestivamente, perante Vossa
Senhoria apresentar,

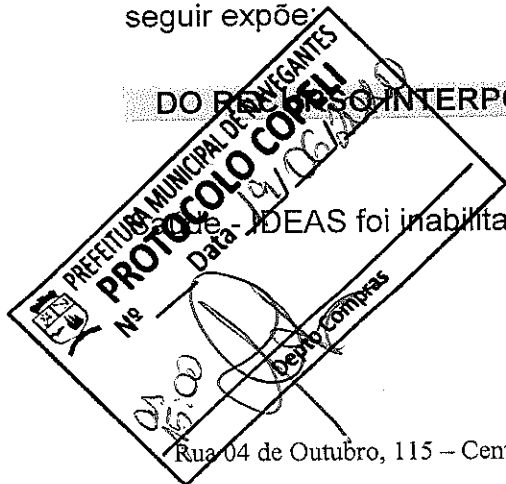
IMPUGNAÇÃO AOS RECURSOS
ADMINISTRATIVOS, interpostos pelas participantes

**INSTITUTO SAÚDE E CIDADANIA - ISAC;
INSTITUTO DESENVOLVIMENTO ENSINO ASSISTÊNCIA À SAÚDE - IDEAS e
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISA E GESTÃO DE SAÚDE - INSAÚDE**, nos
termos do art. 109, § 3º, da Lei nº 8.666/93, pelos motivos de fato e de direito que a
seguir expõe:

DO PROCESSO INTERPOSTO PELO INSTITUTO SAÚDE E CIDADANIA - ISAC

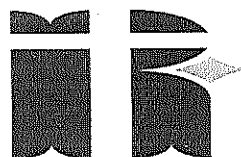
O Instituto Desenvolvimento Ensino Assistência à
Saúde - IDEAS foi inabilitado do certame nos seguintes termos:

Referente ao questionamento do objeto do estatuto
e da licença de funcionamento da ISAC, já é



Rua 04 de Outubro, 115 – Centro – Taió – Santa Catarina – CEP 89190-000 – CNPJ 86.324.860/0001-04

Fone/Fax (47) 3562.0226 / 3562.0227 / 3562.2179



REDEH
BENEFICÊNCIA CRISTÃ

unânime no Tribunal de Contas que objeto não precisa ser idêntico no estatuto, porém comprova-se sua capacidade através do CNPJ e atestado de capacidade técnica, com relação ao balanço verificou - se através do contador que os prazos foram prorrogados sendo aceito de 2018, conforme as servidoras da Secretaria de Saúde, para análise técnica do CNES, o CNES da ISAC não está compatível com as ações previstas no documento descritivo, o CNES apresentado se refere aos serviços prestados num pronto atendimento e não a um hospital, não cumprindo ao item 5.5.6 do edital (Declaração de capacidade técnica/médica para execução ou manutenção das ações previstas no documento descritivo, apresentando o CNES para comprovação).

[...]

Portanto estão inabilitadas as empresas INSAÚDE por não apresentar a declaração 5.5.1 e por não apresentar o balanço patrimonial, a empresa IDEAS pelo item 5.3.8 e 5.3.9, e a ISAC pelo item 5.5.6. Abre - se para recurso. Momento em que encerra a sessão.

A Recorrente impugna o entendimento da comissão, requerendo que seja habilitada no certame, todavia, razão não lhe assiste, conforme fatos e fundamentos a seguir:

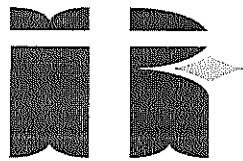
1- Da Exigência do Edital - Não Conhecimento do Recurso no Ponto

A Recorrente sustenta que a exigência do documento em questão, qual seja, a prevista no item 5.5.6 do edital extrapola as exigências legais.

Pois bem.

O item 5.5.6 do edital traz a seguinte exigência:

5.5.6 Declaração de capacidade técnica/médica para execução ou manutenção das ações previstas no documento descritivo, apresentando o CNES para comprovação;



REDEH
BENEFICÊNCIA CRISTÃ

A apresentação do CNES para comprovação da capacidade técnica inclusive foi novamente citada no Anexo X.

Assim, não há dúvidas que a licitante deveria apresentar CNES compatível para execução e manutenção das ações previstas no documento descritivo, sendo que o inconformismo nessa fase da licitação sequer comporta conhecimento.

Isso porque, caso a Recorrente não concordasse com a exigência editalícia deveria se valer dos meios legais enquanto havia prazo para impugnação ao edital, estando preclusa a matéria na presente fase.

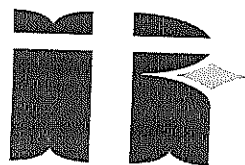
Logo, não é cabível discutir a apresentação da declaração de capacidade técnica acompanhada do CNES.

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO E PROCESSO CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM MANDADO DE SEGURANÇA - LICITAÇÃO - FASES - EXIGÊNCIA EDITALÍCIA - NÃO IMPUGNAÇÃO DO EDITAL - PRECLUSÃO. 1) O procedimento licitatório se desenvolve em etapas e a cada uma delas é aberta oportunidade para que os concorrentes apresentem impugnações e recursos antes de se passar à fase seguinte. Assim, superada a etapa anterior, é vedada aos licitantes a discussão de assunto referente à fase licitatória pretérita, porquanto configurada a preclusão. 2) Agravo de instrumento não provido. (AGRAVO DE INSTRUMENTO . Processo Nº 0000786-59.2018.8.03.0000, Relator Desembargador GILBERTO PINHEIRO, CÂMARA ÚNICA, julgado em 18 de Outubro de 2018). (Sem destaque no original).

E ainda:

LICITAÇÃO. INFORMÁTICA. CONTRATAÇÃO DE PROGRAMADORES. PONTUAÇÃO POR NÚMERO DE PROGRAMADORES COM REGISTRO EM

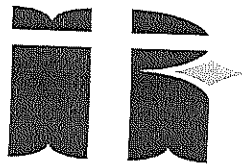


REDEH
BENEFICÊNCIA CRISTÃ

CARTEIRA DE TRABALHO. PRETENSÃO DA LICITANTE DE ATRIBUIÇÃO DA MESMA PONTUAÇÃO AOS ANALISTAS DE SISTEMAS. IMPOSSIBILIDADE. IRRELEVÂNCIA DO ARGUMENTO DE GRADUAÇÃO SUPERIOR DOS ANALISTAS. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL NO MOMENTO OPORTUNO. 1. "Sendo o procedimento licitatório dividido em etapas (editalícia, habilitatória, julgadora e adjudicatória) e contendo cada qual os mecanismos respectivos de impugnação, opera-se a preclusão quando se discute matéria que deveria ser tratada em fase anterior" (TRF1, AMS 0026745-37.2000.4.01.3400/DF, Juiz Federal Urbano Leal Berquó Neto (Conv.), DJ p.130 de 10/06/2003. (TRF-1 - AC: 200234000149991 DF 2002.34.00.014999-1, Relator: JUIZ FEDERAL OSMANE ANTONIO DOS SANTOS, Data de Julgamento: 13/08/2013, 2ª TURMA SUPLEMENTAR, Data de Publicação: e-DJF1 p.304 de 03/09/2013). (Sem destaque no original).

Portanto, se a Recorrente não impugnou a tempo e modo a exigência editalícia, presume-se que houve uma concordância tácita a todos os termos do edital, sendo incabível essa discussão na fase de habilitação, conforme colhe-se de precedente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. INABILITAÇÃO DE PROPONENTE. DESCUMPRIMENTO DE ITEM EXIGIDO NO EDITAL DO CERTAME. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ÀS REGRAS EDITALÍCIAS A TEMPO E MODO. CONCORDÂNCIA TÁCITA. EMPRESA QUE NÃO APRESENTOU A PLANILHA DE PREÇOS E O CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO ATRAVÉS DE MÍDIA DIGITAL (CD-ROM OU PEN DRIVE). INEXISTÊNCIA DE FORMALISMO EXACERBADO. PRINCÍPIO DA ISONOMIA E DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. (TJSC, Agravo de Instrumento n. 4016506-29.2018.8.24.0900, de Indaial, rel. Des. Sérgio



REDEH
BENEFICÊNCIA CRISTÃ

Roberto Baasch Luz, Segunda Câmara de Direito Público, j. 16-10-2018). (Sem destaque no original).

Destarte, não cabe discussão quanto à legalidade das regras do edital - rigor excessivo (conforme sustenta a Recorrente), mas, tão somente, se os participantes cumpriram as exigências editalícias, motivo pelo qual, não deve ser conhecido o recurso no que concerne aos questionamentos arguidos sobre o tema.

2- Da Exigência do Edital - Não Atendimento pela Recorrente

O item 5.5.6 do edital é claro ao prever que as licitantes deveriam apresentar *"Declaração de capacidade técnica/médica para execução ou manutenção das ações previstas no documento descritivo, apresentando o CNES para comprovação"*.

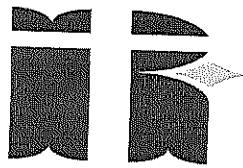
A Recorrente aduz que os documentos apresentados comprovam sua qualificação técnica, bem como, que a comissão reconheceu a sua capacidade técnica.

Novamente sem razão.

Conforme informações constantes no Ministério da Saúde, o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES visa ser a base para operacionalizar os Sistemas de Informações em Saúde, sendo estes imprescindíveis a um gerenciamento eficaz e eficiente do SUS (Disponível em> <https://www.saude.gov.br/acoes-e-programas/cebas/cns#:~:text=CNES%20%2D%20Cadastro%20Nacional%20de%20Estabelecimentos%20de%20Sa%C3%BAde&text=O%20Cadastro%20Nacional%20de%20Estabelecimentos,eficaz%20e%20eficiente%20do%20SUS>).

De referido site consta que o sistema coleta os seguintes dados:

- Informações básicas gerais;
- Endereçamento/Localização;
- Gestor responsável (SMS, SES, etc.);
- Atendimento prestado (Internação, Ambulatório, etc.);



REDEH
BENEFICÊNCIA CRISTÃ

- Caracterização (Natureza, Esfera, Ret. Tributos, etc.);
- Equipamentos (RX, Tomógrafo, ultra-som, etc.);
- Serviços de Apoio (SAME, S. Social, Lavanderia, etc.);
- Serviços Especializados (Cardiologia, Nefrologia, Farmácia, etc.);
- Instalações Físicas (leitos, salas, etc.);
- Profissionais (SUS, Não SUS, CBO, Carga horária, etc.);
- Equipes (ESF, PACS, etc.);
- Cooperativa.

que o CNES propicia:

E por fim, o Ministério da Saúde traz os benefícios

- Auxilia o planejamento em saúde, em todos os níveis do governo;

- Disponibiliza informações de infra-estrutura, tipo de atendimento prestado, serviços especializados, leitos e profissionais de saúde existentes nos estabelecimentos de saúde;

- O CNES propicia ao gestor o conhecimento da realidade da rede assistencial existente, sua potencialidade e capacidade instalada, visando auxiliar no planejamento em saúde, bem como dar maior visibilidade ao controle social a ser exercido pela população;

- O CNES foi criado em 1999 através da PT-SAS 376. O MS/SAS instituiu as fichas de cadastro de estabelecimento e colocou em consulta pública; (Sem destaque no original).

In casu, o processo licitatório visa “a contratação de entidade hospitalar sem fins lucrativos para gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de assistência, internações hospitalares, atendimento ambulatorial e gestão administrativa do Hospital Municipal de Navegantes”, sendo imprescindível que a licitante vencedora tenha aptidão técnica para execução das atividades, e o CNES é um cadastro público que disponibiliza essas informações para que terceiros, no caso o Município de Navegantes, venha a verificar a qualificação técnica.

Com efeito, os serviços que deverão ser prestados pela licitante vencedora estão todos relacionados à atividade hospitalar (Hospital Municipal de Navegantes).

Ocorre que a Recorrente apresentou CNES comprovando o tipo de estabelecimento que se enquadra: “Pronto Atendimento”, estando, por consequência, em dissonância com o processo licitatório em questão.

Veja-se o CNES da Recorrente:

CNES | Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde

Ministério da Saúde (MS)
Secretaria de Atenção à Saúde (SAS)
Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas (DRACS)
Coordenação-Geral de Sistemas de Informação (CGSI)

Ficha de Estabelecimento Identificação Data: 28/05/2020

CNES: 9172335 Nome fantasia: ISAC ARAGUAINA CLINICA DE ESPEC E PRONTO ✓ CNPJ: 14.702.257/0005-23
 Nome empresarial: INSTITUTO SAUDE E CIDADANIA ISAC Natureza jurídica: ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS
 Logradouro: AVENIDA PRIMEIRO DE JANEIRO Número: 904 Complemento: --
 Bairro: SETOR CENTRAL Município: 17021-0 - ARAGUAINA UF: TO
 CEP: 77803-140 Telefone: (63) 3418-0500 Dependência: INDIVIDUAL Reg de Saúde: --

tipo de Estabelecimento: PRONTO ATENDIMENTO **Subtipo:** PRONTO ATENDIMENTO GERAL **Sessão:** MUNICIPAL

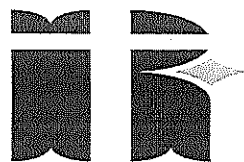
Dir. Clínico/Gerente/Administrador: VINICIUS BARBOSA CAVALCANTE DE MENEZES
 Cadastrado em: 12/03/2017 Atualização na base local: 17/01/2020 Última atualização Nacional: 10/05/2020

Horário de Funcionamento:

Dia semana	Horário
SEGUNDA-FEIRA	07:00 às 19:00
TERÇA-FEIRA	07:00 às 19:00
QUARTA-FEIRA	07:00 às 19:00
QUINTA-FEIRA	07:00 às 19:00
SEXTA-FEIRA	07:00 às 19:00

Data desativação: -- Ativo/desativação: --

Confrontando os estabelecimentos - Hospital x Pronto Atendimento, deve-se observar a Portaria nº 2.022, de 7 de agosto de 2017, que altera o cadastro do CNES e, por conseguinte, classifica referidos estabelecimentos da seguinte forma:



REDEH
BENEFICÊNCIA CRISTÃ

HOSPITAL

Atividade Principal: Assistência à Saúde > Internação. Atividades Secundárias Obrigatórias: Assistência à Saúde > Entrega/Dispensação de Medicamentos; Assistência à Saúde > Apoio Diagnóstico.

PRONTO ATENDIMENTO

Atividade Principal: Assistência à Saúde > Assistência a Emergências.

Atividades Secundárias Obrigatórias: Assistência à Saúde > Apoio Diagnóstico; Assistência à Saúde > Entrega/Dispensação de Medicamentos; Assistência à Saúde > Consulta Ambulatorial.

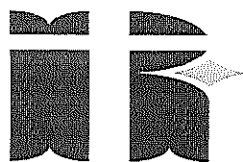
Atividades Não Permitidas: Assistência à Saúde > Internação; Gestão da Saúde > Administração; Gestão da Saúde > Logística de Insumos.

Logo, a principal atividade desenvolvida por um hospital - internação, é a atividade que não é permitida pelo pronto atendimento, portanto, incontestemente que a Recorrente não comprovou a qualificação técnica para atendimento do objeto licitatório, devendo ser mantida sua inabilitação por afronta ao item 5.5.6 do edital.

Registra-se que ao constar na ata que *“porém comprova-se sua capacidade através do CNPJ e atestado de capacidade técnica”*, a comissão quis se referir que o objeto do estatuto não precisar ser idêntico ao de licença e funcionamento, o que era um questionamento pelas outras licitantes, logo, em nenhum momento restou autorizada a admissão de documento em dissonância com as regras editalícias.

Além do acima exposto, é importante destacar que se a Recorrente dispusesse de capacidade técnica para desenvolver os serviços objeto do presente certame teria profissionais, no mínimo médicos, inscritos em seu CNES, como pode pretender executar a Gestão de um hospital, realizar serviços médicos especializados sem ter qualquer profissional cadastrado??

Entendimento contrário resultaria em afronta ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, sendo preconizado no art. 3º da Lei nº 8.666/93, *in verbis*:



REDEH
BENEFICÊNCIA CRISTÃ

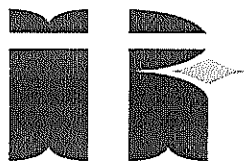
Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Sem destaque no original).

Sobre referido princípio, muito bem ensina a doutrina:

Quando a Administração estabelece, no edital ou na carta-convite, as condições para participar da licitação e as cláusulas essenciais do futuro contrato, os interessados apresentarão suas propostas com base nesses elementos; ora, se for aceita proposta ou celebrado contrato com desrespeito às condições previamente estabelecidas, burlados estarão os princípios da licitação, em especial o da igualdade entre os licitantes, pois aquele que se prendeu aos termos do edital poderá ser prejudicado pela melhor proposta apresentada por outro licitante que os desrespeitou. Também estariam descumpridos os princípios da publicidade, da livre competição e do julgamento objetivo com base em critérios fixados no edital. (DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. São Paulo: Atlas, 2001. p. 299).

Portanto, encontra-se a Administração Pública vinculada ao edital (art. 41 da Lei nº 8.666/1993), não podendo aplicar tratamento diferenciado para qualquer licitante, sob pena de violação do princípio em questão.

A propósito, "Estabelecidas as regras da licitação, tornam-se elas inalteráveis a partir da publicação do instrumento convocatório e durante todo o seu procedimento, impondo-se, pelo princípio da vinculação, que submete tanto a Administração licitante quanto os interessados na licitação, a rigorosa obediência aos termos e condições do edital." (TJSC, Mandado de Segurança n. 2013.082637-0, rel. Des. Sérgio Roberto Baasch Luz, j.



REDEH
BENEFICÊNCIA CRISTÃ

em 9/4/2014) (TJSC, Apelação Cível n. 0003485-37.2012.8.24.0036, de Jaraguá do Sul, rel. Des. Júlio César Knoll, Terceira Câmara de Direito Público, j. 27/8/2019). (Sem destaque no original).

Inclusive, esse é o entendimento da jurisprudência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina:

"(...) estando as exigências contidas no instrumento convocatório, de forma expressa, elas impõem-se igualmente a todos os licitantes, porque todos a ele se vinculam. **A Lei n. 8.666, além de mencionar o princípio da vinculação ao instrumento convocatório no art. 3º, ainda repete, no art. 41, a mesma exigência, determinando que 'a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada'** (DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Temas polêmicos sobre licitações e contratos. 4ª ed. São Paulo: Malheiros, 2000, p. 40). [...] (TJSC, Mandado de Segurança n. 9137008-95.2015.8.24.0000, da Capital, rel. Des. Carlos Adilson Silva, j. 8/6/2016). (Sem destaque no original).

E ainda:

REEXAME NECESSÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA - LICITAÇÃO - DESCLASSIFICAÇÃO DA IMPETRANTE EM DESACORDO COM O INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO - SENTENÇA MANTIDA - REMESSA DESPROVIDA. "A vinculação ao edital é princípio básico de toda licitação. **O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu**" (Hely Lopes Meirelles. **Direito Administrativo Brasileiro. 26ª ed. São Paulo: Malheiros Editores Ltda., 2002. p. 263**). (TJSC, Apelação Cível em Mandado de Segurança n. 2007.046751-7, de São Lourenço do Oeste, rel. Des. Cid Goulart, Segunda Câmara de Direito Público, j. 11-08-2009). (Sem destaque no original).

Por conseguinte, não há que se falar em violação ao princípio da vantajosidade, não podendo referido princípio se sobrepor as normas do edital, o que leva a rejeição dos pedidos da Recorrente.

3- Da Habilitação da Associação da Redeh Beneficência Cristã

A Recorrente se insurge quanto à habilitação da licitante Associação da Redeh Beneficência Cristã sob o argumento que o balanço patrimonial não está acompanhado das notas explicativas.

A insurgência não merece prosperar.

O balanço patrimonial foi exigido nos seguintes termos do edital:

5.3.2 Cópia autenticada do Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício financeiro, já exigíveis e apresentados na forma da lei;

5.3.3 É vedada a substituição do Balanço Patrimonial por balancetes ou balanços provisórios;

5.3.4 O Balanço Patrimonial pode ser atualizado por índices oficiais (índice Geral de Preços e Mercadorias – IGP-M, publicados pela Fundação Getúlio Vargas) quando encerrados a mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta;

5.3.5 O balanço patrimonial deverá conter o seu Termo de Abertura e o seu Termo de Encerramento, e neles deverá constar o número das folhas em que o mesmo consta do Livro Diário da empresa, com o respectivo registro na Junta Comercial;

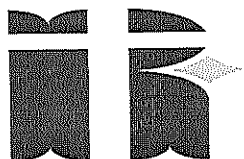
5.3.6 Serão considerados aceitos como na forma de lei o balanço e demonstrações contábeis assim apresentados:

a) sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedades anônimas):

- publicados em Diário Oficial; ou
- publicados em jornal de grande circulação; ou
- por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

b) sociedades por cota de responsabilidade limitada





REDE H
BENEFICÊNCIA CRISTÃ

(Ltda).

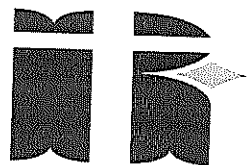
- por fotocópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e Encerramento, devidamente autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do proponente ou em outro órgão equivalente, ou por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registradas ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;
5.3.7 As empresas que utilizam a Escrituração Contábil Digital (ECD), deverão apresentar o Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis, do último exercício social, acompanhado dos termos de abertura e encerramento e Recibo de entrega de livro digital junto à Receita Federal;

Como se pode verificar em nenhum momento o edital exigiu que fossem apresentadas notas explicativas com o balanço patrimonial, sendo infundadas as alegações da Recorrente que foi infringido o item 5.3.2 do edital, acima transcrito.

Ademais a exigência de apresentação de notas explicativas não decorre de norma legal, sendo que o art. 176, § 4º, da Lei nº 6.404/76 regulamenta as sociedades anônimas, não abarcando o porte da participante Redeh.

Sobre o tema, vem decidindo o Tribunal de Justiça de Santa Catarina:

MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSO LICITATÓRIO. SOLICITAÇÃO DE DOCUMENTO CONSIDERADA INDEVIDA. RECONSIDERAÇÃO ADMINISTRATIVA. PERDA DE OBJETO NO PONTO. ALEGADA INOBSERVÂNCIA QUANTO À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. INOCORRÊNCIA. PRETENDIDA INABILITAÇÃO DE ENTIDADE CONCORRENTE POR INVOCADA IRREGULARIDADE NA PUBLICAÇÃO DE SUAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COM NOTAS EXPLICATIVAS. FALTA DE EXIGÊNCIA EDITALÍCIA A RESPEITO. DESCABIMENTO. ORDEM DENEGADA. I. Tendo havido, por parte do órgão público licitante, reconsideração quanto a



REDEH
BENEFICÊNCIA CRISTÃ

documento exigido, dada a insurgência da parte impetrante, tal matéria prescinde de apreciação na via judicial, pois restou prejudicada por superveniente perda de objeto. II. Não se desnuda factível concluir que a qualificação técnica deixou de ser considerada pelo edital, eis que nele está expressamente referida. III. "Em não havendo disposição no edital acerca da obrigatoriedade de apresentação de notas exemplificativas a fim de comprovar o balanço patrimonial, a manutenção da impetrante no certame é medida que se impõe, pois 'o princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga a Administração a respeitar estritamente as regras que haja previamente estabelecido para disciplinar o certame, como, aliás, está consignado no art. 41 da Lei 8.666' (MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 28ª ed. São Paulo: Malheiros Editora, 2010, p. 542)". (TJSC - Reexame Necessário n. 0300995-26.2015.8.24.0080, rel. Des. Francisco Oliveira Neto, j. em 17.5.2016). (TJSC, Mandado de Segurança n. 0305028-31.2018.8.24.0023, da Capital, rel. Des. João Henrique Blasi, Segunda Câmara de Direito Público, j. 28-05-2019). (Sem destaque no original).

Inclusive, referido entendimento foi utilizado pelo Dr. André Luiz Bianchi no julgamento do Mandado de Segurança nº 0001164-86.2015.8.24.0080, cuja decisão restou confirmada pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina, onde o edital não exigia que o balanço patrimonial viesse acompanhado de notas explicativas, e ao conceder a segurança e, por consequência, habilitar a licitante no certame, decidiu:

Portanto, não se apresenta razoável e proporcional o excesso de formalismo no que tange à exigência de apresentação das "notas explicativas", mesmo porque tal documento contábil não tem o condão de demonstrar a qualificação econômico-financeira das empresas, limitando-se, ao revés, a simplesmente esclarecer a forma de realização do balanço patrimonial.



REDEH
BENEFICÊNCIA CRISTÃ

Dito isto, além de não haver exigência editalícia e legal que possa sustentar os argumentos da Recorrente, as notas explicativas são irrelevantes para demonstrar a qualificação econômico-financeira, como bem decidiu a justiça catarinense em casos semelhantes.

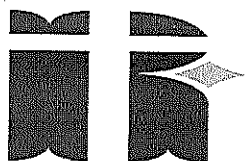
Quanto à alegação que o balanço patrimonial não está sem registro, improcede as alegações, uma vez que *“a comissão entrou em contato com o Registro Civil de Pessoa Jurídicas e Títulos e Documentos de Taio e este informou que o carimbo de registro é feito apenas no termo de abertura e encerramento sendo o registro válido, ou seja, o balanço patrimonial apresentado está válido”*, conforme consta na ata complementar de habilitação.

Sem mais delongas, o recurso da Recorrente Instituto Desenvolvimento Ensino Assistência à Saúde - IDEAS não comporta acolhimento, visto que essa Impugnante cumpriu integralmente as regras para habilitação.

DO RECURSO INTERPOSTO PELO INSTITUTO DESENVOLVIMENTO ENSINO ASSISTÊNCIA À SAÚDE - IDEAS

O Instituto Desenvolvimento Ensino Assistência à Saúde - IDEAS foi inabilitado do certame nos seguintes termos:

Referente ao questionamento da REDEH sobre a empresa IDEAS quanto ao CNPJ e CND's não merece provimento, pois através da documentação apresentada, verificou - se que o CNPJ da matriz que antes era filial cumpre com item 5.3, porém apesar da matriz não possuir três anos a empresa possui mais de três anos, comprovado através do CNPJ anterior, portanto as CND's apresentadas são da atual matriz. Quanto ao contrato de pessoa jurídica foram apresentados os termos aditivos do mesmo, todos os contratos apresentados mostram o vínculo do profissional com a empresa, através do contrato assinado pelo próprio administrador, apesar de não possuir o CNPJ todas as características demonstram o vínculo entre a empresa (contratante) e o contratado, desde a assinatura que é o próprio presidente, o papel timbrado, e as informações da empresa no preâmbulo do contrato. Referente ao



REDEH
BENEFICÊNCIA CRISTÃ

índice, encontra fundamento pois não está de acordo com o edital. Referente ao prazo do balanço patrimonial, verificou - se através do contador que os prazos foram prorrogados sendo aceito de 2018. Conforme as servidoras da Secretaria de Saúde, para análise técnica do CNES, o CNES da IDEAS está compatível com as ações previstas no documento descritivo.

[...].

Portanto estão inabilitadas as empresas INSAÚDE por não apresentar a declaração 5.5.1 e por não apresentar o balanço patrimonial, a empresa IDEAS pelo item 5.3.8 e 5.3.9, e a ISAC pelo item 5.5.6. Abre - se para recurso. Momento em que encerra a sessão. (Sem destaque no original).

A Recorrente sustenta que os índices solicitados encontram-se desprovidos de justificativa.

Sem razão.

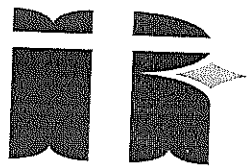
Não obstante o lançado na impugnação do recurso anterior, o recurso não deve ser conhecido no que se refere aos argumentos dos itens do edital, uma vez que trata-se de matéria preclusa nessa fase da licitação.

Com efeito, **“A Administração Pública está restrita ao conteúdo do edital da licitação, sendo facultada a qualquer cidadão sua impugnação (§§ 1º e 2º e 'caput' do art. 41 da Lei Federal n. 8.666/1993). Ausente a discussão prévia sobre o conteúdo do instrumento convocatório, decai o interessado do direito de revisão de seu conteúdo”.** (TJSC, Apelação Cível em Mandado de Segurança n. 2013.002561-7, de Campos Novos, rel. Des. Jaime Ramos, Quarta Câmara de Direito Público, j. 03-09-2015). (Sem destaque no original)

Assim, e para evitar tautologia, essa Impugnante ratifica todos os fatos e fundamentos do tópico 1 acima, requerendo que essa comissão não conheça do recurso quando se questiona a exigência dos itens 5.3.8 e 5.3.9 do edital.

Ultrapassado esse ponto, passa-se analisar o mérito do recurso.

Os itens que não foram atendidos pela Recorrente



REDEH
BENEFICÊNCIA CRISTÃ

possuem a seguinte redação:

5.3.8 Demonstração de que dispõe de Índice de Liquidez Geral (ILG) maior ou igual a 1,0 (Um). Para demonstração desse índice, deverá ser realizada a seguinte fórmula:

onsigna-
se que a
exigênci
a de
índices
no edital
de
licitação
encontra
previsão legal no art. 31, §§ 1º e 5º da Lei nº 8.666/1993, *in verbis*:

Liquidez Geral =
$$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \geq 1,0$$

5.3.9 Demonstração de que dispõe de Índice de Grau de Endividamento (IEG) menor ou igual a 1,0 (Um). Para demonstração desse índice, deverá ser utilizada a seguinte fórmula:

Grau de Endividamento =
$$\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}} \leq 1,0$$

Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

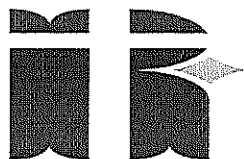
[...]

§ 1º A exigência de índices limitar-se-á à demonstração da capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o contrato, vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior, índices de rentabilidade ou lucratividade.

[...]

§ 5º A comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no edital e devidamente justificados no processo administrativo da licitação que tenha dado início ao certame licitatório, vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.

No caso, a Recorrente não apresentou os índices de liquidez geral e grau de endividamento, sendo medida de direito sua



REDEH
BENEFICÊNCIA CRISTÃ

inabilitação do certame, forte no princípio de vinculação ao instrumento convocatório, previsto no art. 3º da Lei de Licitações.

Salienta-se que a licitação deverá observar o edital convocatório, porquanto as exigências vinculam tanto a Administração Pública quanto os licitantes.

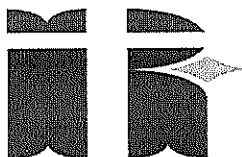
A propósito, segundo os ensinamentos de Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

"(...) estando as exigências contidas no instrumento convocatório, de forma expressa, elas impõem-se igualmente a todos os licitantes, porque todos a ele se vinculam. A Lei n. 8.666, além de mencionar o princípio da vinculação ao instrumento convocatório no art. 3º, ainda repete, no art. 41, a mesma exigência, determinando que "a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada" (Temas polêmicos sobre licitações e contratos. 4ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2000, p. 40).

Por corolário, *"Se o licitante não cumpre exigência editalícia para a habilitação em processo licitatório, sua exclusão do certame, por inabilitação, é medida que se impõe"*. (TJSC, Agravo de Instrumento n. 4016783-45.2018.8.24.0900, de Blumenau, rel. Des. Jaime Ramos, Terceira Câmara de Direito Público, j. 20-08-2019).

Sobre o tema vem decidindo a jurisprudência dos tribunais:

APELAÇÃO CÍVEL. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO. EDITAL DE CREDENCIAMENTO. IMPUGNAÇÃO ÀS EXIGÊNCIAS NELE CONSTANTES. INABILITAÇÃO DA LICITANTE. NÃO-COMPROVAÇÃO DA CAPACIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA. ART. 31, § 5º, DA LEI Nº 8.666/93 E ARTS. 3º E 5º DO DECRETO ESTADUAL Nº 36.601/96. **Conforme art. 31 da Lei nº 8.666/93, pode a Administração exigir dos licitantes que demonstrem sua qualificação econômico-financeira, a fim de que**

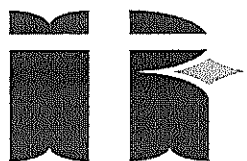


REDEH
BENEFICÊNCIA CRISTÃ

possa verificar a real capacidade para executar o objeto do contrato. As exigências previstas no Edital têm função instrumental, ou seja, visam a assegurar o interesse público ou, pelo menos, reduzir o risco de não ser o mesmo atendido. No caso, a autora apresentou Índice de Liquidez Geral igual a 1,206, sendo que o Edital exigia igual ou maior que 2,0. Não se desincumbiu a ora apelante de seu ônus de comprovar que tal índice é desproporcional ou desvinculado do objeto licitado. Por outro lado, não pode a Administração deixar de exigir os requisitos mínimos necessários para verificar se o licitante tem condições de executar satisfatoriamente o contrato. Haverá afronta ao interesse público se a Administração vier a escolher um licitante destituído das condições específicas, necessárias e suficientes para a execução do objeto licitado. Não há falar em ilegalidade do Decreto nº 36.601/96. Ao estabelecer como requisito, para participação em processos de licitação, determinado padrão de capacidade econômico-financeira, o Poder Executivo não está legislando sobre normas gerais de licitação, como quer fazer crer a parte autora, mas se valendo de faculdade conferida pelos artigos 27, III, e 31, da Lei 8.666/93, os quais autorizam a exigência da demonstração através de cálculos baseados em índices contábeis previstos no Edital. APELO DESPROVIDO. UNÂNIME. (Apelação Cível, Nº 70072022262, Vigésima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Francisco José Moesch, Julgado em: 26-01-2017). (Sem destaque no original).

E da corte catarinense:

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. TOMADA DE PREÇO. FASE DE HABILITAÇÃO. CONCORRENTE DESCLASSIFICADO. PREVISÃO EDITALÍCIA. NECESSIDADE DE JUNTADA DO CÁLCULO DOS ÍNDICES CONTÁBEIS PARA



REDEH
BENEFICÊNCIA CRISTÃ

EVIDENCIAR A SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DA EMPRESA. INOCORRÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO. DIRETO LÍQUIDO E CERTO INEXISTENTE. RECURSO DESPROVIDO. (TJSC, Apelação Cível em Mandado de Segurança n. 2010.052298-5, de Lages, rel. Des. José Volpato de Souza, Quarta Câmara de Direito Público, j. 24-11-2011). (Sem destaque no original).

À vista do exposto, deve ser mantida a inabilitação da Recorrente, sendo rejeitado o recurso.

DO RECURSO INTERPOSTO PELO INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISA E GESTÃO DE SAÚDE - INSAÚDE

Por fim, o Instituto Nacional de Pesquisa e Gestão de Saúde - INSAÚDE restou inabilitado pelos seguintes motivos:

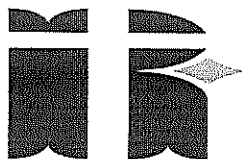
Quanto ao questionamento sobre o vínculo da empresa INSAÚDE com o administrador, foi apresentado o vínculo da empresa com o administrador Diego através do registro da carteira de trabalho, referente ao questionamento da empresa ISAC sobre o balanço contábil da Insaúde, o contador verificou que não possui o balanço patrimonial e sim somente o demonstrativo de resultado do exercício.

[...]

Portanto estão inabilitadas as empresas INSAÚDE por não apresentar a declaração 5.5.1 e por não apresentar o balanço patrimonial, a empresa IDEAS pelo item 5.3.8 e 5.3.9, e a ISAC pelo item 5.5.6. Abre - se para recurso. Momento em que encerra a sessão. (Sem destaque no original).

No recurso interposto a Recorrente argumenta que cumpriu com as exigências editalícias, requerendo, portanto, que seja habilitada no certame.

Razão não lhe assiste.



REDEH
BENEFICÊNCIA CRISTÃ

Conforme consta em ata, a Recorrente apresentou somente o demonstrativo de resultado do exercício e não o balanço patrimonial, documento também solicitado no item 5.3.2 do edital, *in verbis*:

5.3.2 Cópia autenticada do Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício financeiro, já exigíveis e apresentados na forma da lei;

Com relação à diferença entre o balanço patrimonial e a demonstração de resultado do exercício, explica-se:

Para entender como funciona a Demonstração de Resultado de Exercício, é preciso ter em mente uma diferença simples entre ele e o Balanço Patrimonial.

O balanço é responsável por avaliar a evolução dos bens e das obrigações da empresa com o passar dos anos. Já a Demonstração de Resultado de Exercício mostra as receitas e despesas do negócio dentro do período de um ano contábil.

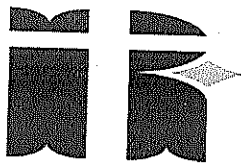
Em uma analogia simples, se a companhia fosse uma pessoa, o balanço mostraria seus bens (como carro, casa e apartamento na praia), enquanto a DRE revelaria quanto ela gastou e ganhou naquele ano.

(Disponível em ><https://www.contabeis.com.br/noticias/36488/qual-a-diferenca-entre-demonstracao-financeira-e-contabil/>).

Em suma, a Recorrente não apresentou o balanço patrimonial exigido expressamente no edital.

Do mesmo modo, não restou atendido o item 5.5.1 do edital:

5.5.1 A(s) licitante(s) deverá (ão) apresentar declaração formal de que não haverá qualquer tipo de paralisação na Prestação/execução dos serviços e do pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto da Licitação, bem como da



REDEH
BENEFICÊNCIA CRISTÃ

qualificação dos membros da equipe que se responsabilizarão diretamente pelos serviços a serem prestados/executados.

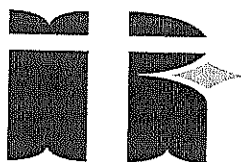
Com relação ao cumprimento desse item, não cabe discussão se a declaração poderia ter sido exigida ou não, pois, conforme exaustivamente alegado nos itens anteriores, essa questão é afeta a fase de impugnação ao edital, estando precluso o direito e análise desses questionamentos.

Por consequência, na fase de habilitação todos os participantes e a administração pública se sujeitam as regras do edital (princípio da vinculação ao instrumento convocatório).

Lembre-se que, "a vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administrativa ou judicial", ao passo que o princípio do julgamento objetivo "consiste em que os critérios e fatores seletivos previstos no edital devem ser adotados inafastavelmente para o julgamento, evitando-se, assim qualquer surpresa para os participantes na competição" (FILHO, José dos Santos Carvalho. Manual de Direito Administrativo. 26ª ed., São Paulo: Ed. Atlas, 2013. p. 246- grifei).

E da recente jurisprudência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina:

APELAÇÃO CÍVEL. ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. EMPRESA INABILITADA POR NÃO APRESENTAR OS DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. DEVER DE OBEDIÊNCIA AO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA IGUALDADE DE CONDIÇÕES A TODOS OS CONCORRENTES, INSCULPIDOS, RESPECTIVAMENTE, NO ART. 41 DA LEI 8.666/90 E NO ART. 37, XXI, DA CARTA MAIOR. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO À HABILITAÇÃO NO CERTAME. RECURSO DESPROVIDO. "Na salvaguarda do procedimento licitatório, exsurge o princípio da



REDEH
BENEFICÊNCIA CRISTÃ

vinculação, previsto no art. 41, da Lei 8.666/90, que tem como escopo vedar à administração o descumprimento das normas contidas no edital. Sob essa ótica, o princípio da vinculação se traduz na regra de que o instrumento convocatório faz lei entre as partes, devendo ser observados os termos do edital até o encerramento do certame" (AgRg no AREsp 458.436/RS, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 27/03/2014, DJe 02/04/2014). (TJSC, Mandado de Segurança n. 4001882-22.2019.8.24.0000, da Capital, rel. Des. Francisco Oliveira Neto, Segunda Câmara de Direito Público, j. 19-05-2020). (Sem destaque no original).

Assim, considerando que a Recorrente não apresentou o balanço patrimonial e declaração de não paralisação das atividades, ocorreu violação por sua parte dos itens 5.3.2 e 5.5.1 do edital, respectivamente.

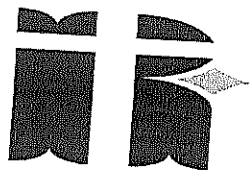
Por último, não há que se falar em violação ao princípio da vantajosidade, visto que não se tem indícios que a proposta da Recorrente é a mais vantajosa e, além do mais, referido princípio não pode se sobrepor ao princípio da vinculação do instrumento convocatório, que encontra-se previsto na expressamente na Lei de Licitações (arts. 3º e 41 da Lei nº 8.666/1993).

DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS

Embasado no exposto, vem a Impugnante a presença de Vossa Senhoria, requerer que:

A) Seja recebida a presente impugnação;

B) Sejam **CONHECIDOS EM PARTE** os recursos apresentados pelas Recorrentes Instituto Saúde e Cidadania - ISAC; Instituto Desenvolvimento Ensino Assistência à Saúde - IDEAS e Instituto Nacional de Pesquisa e Gestão de Saúde - INSAÚDE, uma vez que encontra-se precluso o direito de questionamento das normas editalícias;

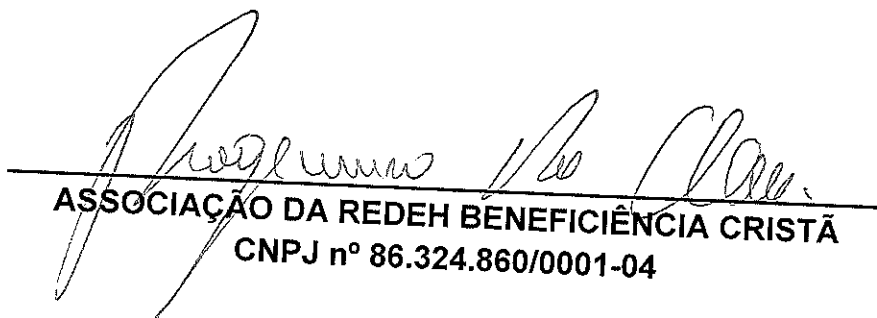


REDEH
BENEFICÊNCIA CRISTÃ

C) No mérito, que **SEJA NEGADO PROVIMENTO** aos Recursos das Recorrentes Instituto Saúde e Cidadania - ISAC; Instituto Desenvolvimento Ensino Assistência à Saúde - IDEAS e Instituto Nacional de Pesquisa e Gestão de Saúde - INSAÚDE, como medida de integral justiça.

Nestes termos,
Pede e espera deferimento.

Navegantes/SC, 19 de junho de 2020.


ASSOCIAÇÃO DA REDEH BENEFICIÊNCIA CRISTÃ
CNPJ nº 86.324.860/0001-04